



# **FENAPEF**

**FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



**M & G**  
CONSULTORIA  
POLÍTICA

# **RESUMO SEMANAL**

---

**05 a 09 de Maio  
2025**

## Cenário Político

Esta semana foi marcada por intensos embates institucionais entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). A Câmara dos Deputados aprovou, por ampla maioria (315 votos a 143), a suspensão da ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), em um movimento interpretado como recado direto ao STF. A justificativa pública girou em torno da defesa das prerrogativas parlamentares, mas nos bastidores a motivação estaria relacionada aos mais de 80 inquéritos em curso no Supremo que investigam desvios de recursos por meio de emendas parlamentares.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), assumiu protagonismo nesse embate ao conduzir votações polêmicas, incluindo a aprovação de um projeto que cria 18 novas vagas na Casa, elevando o número de deputados

federais de 513 para 531. A medida, embora justificada como resposta à decisão do STF de readequar a representação conforme o Censo de 2022, gerou críticas por seu impacto fiscal estimado em R\$ 64,6 milhões ao ano e por alimentar o sentimento de antipolítica, impulsionado pela desconfiança nas instituições e pelo desgaste da imagem do Legislativo.

A movimentação do centrão, em consórcio com a base bolsonarista, revela uma estratégia de contenção frente à ofensiva do Judiciário por mais transparência nas emendas do orçamento. Enquanto isso, lideranças do Congresso sinalizam disposição para retaliações institucionais, incluindo PECs que limitam o poder dos ministros do STF. O ambiente de desconfiança mútua e disputas por protagonismo entre os Poderes prenuncia semanas turbulentas em Brasília, com potenciais repercussões para o equilíbrio democrático e a agenda política nacional.



## Eduardo Leite deixa o PSDB

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou sua saída do PSDB e irá se filiar ao PSD nesta sexta-feira (9), em evento em São Paulo. Filiado ao PSDB há 24 anos, Leite justificou a mudança por "novos caminhos políticos e eleitorais", especialmente após a aprovação da fusão entre PSDB e Podemos, com a qual ele demonstrou insatisfação.

Leite tem pretensões presidenciais para 2026, embora também cogite disputar o Senado. No PSD, terá como concorrente interno Ratinho Junior, governador do Paraná e também cotado para a Presidência. Com sua filiação, o PSD passa a ter quatro governadores e se torna um dos partidos com maior presença estadual, ao lado de PT e União Brasil.

A debandada de Leite ocorre após a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, também deixar o PSDB rumo ao PSD. Com isso, o partido tucano fica com apenas um governador (Eduardo Riedel, MS), que também avalia sair. O PSDB vive uma crise profunda, com risco de não atingir a cláusula de barreira nas próximas eleições. Na avaliação de Leite, o PSDB "está deixando de existir" como legenda tradicional.

O PSD, liderado por Gilberto Kassab, tem ganhado protagonismo nacional, controlando quase 900 prefeituras e três ministérios no governo Lula, apesar de também integrar a base do governo Tarcísio, aliado de Bolsonaro.

# Resumo semanal

## Aumento de Cadeiras na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou, por 270 votos a 207, um projeto de lei que cria 18 novas vagas de deputados federais, elevando o total de 513 para 531 cadeiras. A medida visa cumprir uma determinação do STF, que exige a adequação da representação dos estados com base no Censo de 2022, sob pena de redistribuição ser feita pelo TSE até 30 de junho.

Em vez de redistribuir as cadeiras existentes — o que faria estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Alagoas perderem vagas — a Câmara optou por aumentar o número total de deputados, evitando perdas e possíveis desgastes políticos. Segundo a Câmara, o impacto será de R\$ 64,6 milhões por ano, mas o relator Damião Feliciano (União Brasil-PB) afirma que o custo será absorvido no orçamento atual, sem novos repasses da União. O aumento causará ainda um efeito cascata nas Assembleias Legislativas, com a criação de 30 vagas de deputados estaduais.

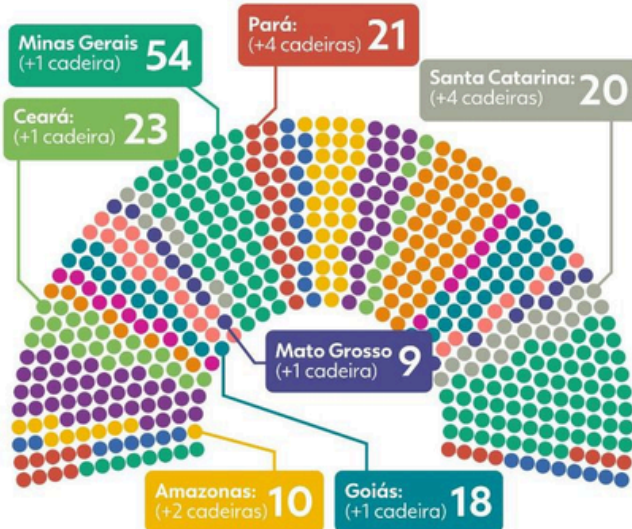
Apesar da aprovação na Câmara, o projeto enfrenta resistência no Senado. Senadores como Paulo Paim (PT-RS) e Plínio Valério (PSDB-AM) criticaram a proposta por gerar mais gastos públicos e consideraram que o correto seria redistribuir as vagas existentes. Já o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), sinalizou a líderes que não irá barrar a proposta vinda da Câmara, embora o tema ainda não tenha sido discutido com os líderes partidários. Alcolumbre está em viagem com o presidente Lula e só retorna na próxima semana.

O projeto causou divisões até em estados beneficiados. Santa Catarina, que ganharia quatro cadeiras, teve maioria da bancada votando contra. Já Alagoas e Piauí, que perderiam vagas se houvesse redistribuição, foram unânicos a favor da proposta. Partidos de oposição e de esquerda, como PL, PSOL e Novo, votaram majoritariamente contra, enquanto o centrão e parte do PL apoiaram.

### Tamanho atual das bancadas



### Ganho projetado nas bancadas



Fonte: G1

## Alexandre Ramagem

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, decidiu que caberá à Primeira Turma da Corte analisar a tentativa da Câmara dos Deputados de suspender o processo penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), acusado de integrar a trama golpista de 2022. A sessão virtual extraordinária foi convocada por Alexandre de Moraes e começa nesta sexta-feira (9), com encerramento previsto para o dia 13.

A Câmara aprovou um projeto que tenta barrar a ação penal contra Ramagem e, indiretamente, abrir brecha para beneficiar outros réus, como Jair Bolsonaro. No entanto, ministros do STF consideram a decisão inconstitucional, já que só seria possível suspender processos por crimes cometidos após a diplomação de Ramagem como deputado — o que não se aplica à maioria das acusações.

A aprovação da proposta (315 votos a favor e 143 contra) causou tensão entre o Congresso e o Supremo, sendo vista como uma reação corporativista. O relator Alfredo Gaspar argumentou que a medida apenas paralisa o processo até o fim do mandato de Ramagem, sem extingui-lo ou gerar prescrição.

# Notícias da Semana



**Partidos com ministérios de Lula dão 63% dos votos em brecha para Bolsonaro**

**FOLHA DE S.PAULO**  
★ ★ ★



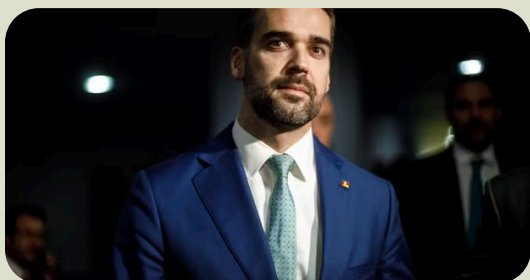
**STF começa nesta sexta (9) a julgar Zambelli por invasão ao sistema do CNJ**

**CNN**



**CCJ aprova convite a Lewandowski e governadores para debater PEC da Segurança Pública**

**ESTADÃO** 



**PSD filia Eduardo Leite nesta sexta-feira e iguala PT e União Brasil em número de governadores**

**O GLOBO**



**Quaquá desiste de disputar presidência do PT e deve apoiar nome do MST**

**veja**



## **Sessão Deliberativa Ordinária Presencial**

**Terça Feira (06) - 14h**

### **PEC 37/2022 - PEC das Guardas Municipais**

**PEC 37/2022 - senador Veneziano Vital do Rego (MDB-PB) - Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública.**

**Resultado: Apreciado em primeiro turno.**



## **Comissão de Segurança Pública (CSP)**

Terça-feira (06) - 11h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

**PL 3840/2024** - Prevê aumento de atribuições de conselhos de segurança pública

PL 3840/2024 - senador Marcos do Val (PODE-ES) - Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para aprimorar a atuação dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp)

**Resultado: adiado.**

## **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**

Quarta-feira (07) - 09h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

**PEC 12/2024** - Novo Código Eleitoral

PEC 12/2024 - senador Jorge Kajuru (PSB-GO) - Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos.

**Resultado: vista coletiva concedida**

## **Sessão Deliberativa Extrordinária Presencial**

**Segunda-feira (05) - 18h**

**PLP 177/2023 - Aumenta o número de cadeiras na Câmara dos Deputados**

**PLP 177/2023 - deputada Dani Cunha (UNIÃO-RJ) - Altera a redação da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993.**

**Resultado: aprovado. A matéria vai ao Senado Federal.**

**PL 6969/2013 - Lei do Mar (Emenda nº1 - Destina parte dos recursos ao FUNAPOL)**

**PL 6969/2013 - ex-deputado Sarney Filho (PV-MA) e outro - Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.**

**Resultado: não apreciado.**

**PL 4149/2004 - Fixa regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo**

**PL 4149/2004 - deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências."**

**Resultado: não apreciado.**

## **Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)**

**Quarta-feira (07) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06**

### **PL 4293/2024 - Define Milícia Privada**

**PL 4293/2024** - deputado Aluísio Mendes (REPUBLIC-MA) - Define milícia privada, dispõe sobre as infrações penais correlatas, a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, além de alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).

**Resultado: aprovado. A matéria vai à CCJC.**

### **PL 1532/2024 - Isenta Policiais de Impostos sobre Gratificações**

**PL 1532/2024** - deputado Sargento Pastor Isidório (AVANTE-BA) - Propõe isentar policiais e demais agentes da segurança pública, dos impostos sobre rendimentos a título de alimentação, transporte, fardamento e gratificações pagas para compensar os riscos da atividade.

**Resultado: vista concedida**

### **PL 4874/2024 - Propõe fortalecer a prevenção e investigação de crimes em áreas rurais e urbanas**

**PL 4874/2024** - deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) - Dispõe sobre ações específicas para fortalecer a prevenção, a investigação e a repressão de infrações penais em áreas rurais e urbanas, bem como estipula formas de custeio, e dá outras providências.

**Resultado: aprovado. A matéria vai à CFT.**

## **Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)**

**Terça-feira (06) - Após a Deliberativa - Local : Anexo II, Plenário 06**

**REQ 91/2025 CSPCCO - Delegada Adriana Accorsi (PT-GO) - Requer a realização de audiência pública com representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal, Representantes das Entidades de Sociedade Civil para debater a PEC da Segurança**

**REQ 93/2025 CSPCCO - Hugo Leal (PSD-RJ) - Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 4.939/2020, “que dispõe sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo”.**

**REQ 97/2025 CSPCCO - Sanderson (PL-RS) - Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) para debater os aspectos jurídicos, institucionais e federativos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, recentemente apresentada pelo Governo Federal.**

**REQ 97/2025 CSPCCO - Sanderson (PL-RS) - Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) para debater os aspectos jurídicos, institucionais e federativos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, recentemente apresentada pelo Governo Federal.**

**REQ 105/2025 CSPCCO - Nicoletti (UNIÃO-RR) - deputado Requer a realização de Seminário para promover um debate acerca da “PEC da segurança pública.”**

**Resultado: por motivo de acordo, foram aprovados todos os requerimentos.**



# FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



**M & G**  
CONSULTORIA  
POLÍTICA



[moreiraegregorio.com.br](http://moreiraegregorio.com.br)



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



[moreiraegregorio@gmail.com](mailto:moreiraegregorio@gmail.com)



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,  
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -  
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.  
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*